

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

SILVIA FEOLA GOMES DE ALMEIDA

*ZOON POLITIKON: A CONDIÇÃO NATURAL DA AUTORIDADE*

SÃO PAULO

2012

SILVIA FEOLA GOMES DE ALMEIDA

*ZOON POLITIKON: A CONDIÇÃO NATURAL DA AUTORIDADE*

DISSERTAÇÃO A SER APRESENTADA AO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA, DA  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E  
CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE  
DE SÃO PAULO, PARA OBTENÇÃO DO  
GRAU DE MESTRE SOB A ORIENTAÇÃO  
DO PROF. DR. LUIZ HENRIQUE LOPES DOS  
SANTOS.

SÃO PAULO

2012

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a FAPESP, pelo apoio financeiro dado a esta pesquisa. Também a toda a secretaria do Departamento de Filosofia, pela paciência em me ajudar com as questões burocráticas, especialmente a Marie Márcia Pedroso. E, sobretudo, quero agradecer a meu orientador, Luiz Henrique Lopes dos Santos, por me acompanhar neste percurso.

Agradeço também a meus pais, Silvia e Antônio; a meus amigos e interlocutores, Eneas Forlin, Fábio Nolasco e Milena Machado Jesus; e a Marcelo Paiva, pelo apoio, sempre.

## **RESUMO**

FEOLA, S. *Zoon politikon*: a condição natural da autoridade. 81f. Dissertação (Mestrado) 0- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, 2012.

O tema do animal político como condição natural da autoridade visa compreender, ao menos em parte, a questão da autoridade em Aristóteles. Nessa perspectiva, o foco central desta discussão é o fundamento da autoridade numa potência natural, que pertence a um tipo específico de homem. O que exclui, por natureza, todos os demais da participação deste polo da relação de comando e subordinação.

Palavras-chave: animal político, *logos*, autoridade, natureza, cidadão.

## **ABSTRACT**

FEOLA, S. *Zoon politikon*: the natural condition of the authority. 81p. Dissertation (Master's degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, 2012.

The theme of the political animal as the natural condition of authority intends to comprehend, at least in some part, the matter of authority in Aristotle's philosophy. In this perspective, the central focus of this discussion is that the basis of authority lays in a natural power that belongs only to a specific kind of men. Which excludes, by nature, for all the others the participation on this share of the relationship that is, by definition, one that assents on the command and subordination of the parts.

Key-words: political animal, *logos*, authority, nature, citizen.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I – Divergências sobre a noção de autoridade.....	7
I.1. O <i>Político</i> de Platão.....	7
I. 2. Aristóteles contra a metafísica platônica.....	18
CAPÍTULO II – A completeza humana e suas características.....	23
II.1. O <i>logos</i> e a vida política.....	23
II.2. A natureza da virtude.....	30
II.3. Justiça: o acabamento da virtude.....	43
II.4. A particularidade da relação entre iguais: o que é ser cidadão.....	49
CAPÍTULO III – Comunidade dos desiguais: a família.....	54
III.1. Por natureza e contra a natureza: o escravo.....	54
III.2. Cidadã de segunda classe: a mulher.....	72
CONCLUSÃO.....	79
BIBLIOGRAFIA.....	80

## ***Zoon politikon*: a condição natural da autoridade**

### **Introdução**

Aristóteles deixa claro na *Política* que a autoridade não é uma só, como crê Platão, mas pode ser dita de muitos modos. Entretanto, o exercício do poder reside sempre na figura do homem que é cidadão. Então, há ao menos um elemento comum a toda autoridade, a saber, a posse do *logos*. Como este é aquilo que define o homem como o animal propriamente político, o que permeia toda autoridade é algo dado por natureza. Por isso, nos propusemos a tentar neste texto – ainda que de modo inacabado – encontrar o que podemos chamar, de algum modo, como uma condição natural da autoridade.

Assim, em primeiro lugar, abordamos brevemente os conceitos de autoridade em Platão e em Aristóteles, a fim de elucidar de que modo Aristóteles se distancia de Platão quando critica a noção de autoridade platônica. Em um segundo momento, nos debruçamos sobre a afirmação de que o homem é um animal político, visando abarcar o máximo possível de desdobramentos que esta tese gera na obra ético-política aristotélica. Sempre a partir da perspectiva de que é a disposição do elemento racional no homem – e apenas nele, e não na mulher ou no escravo – o que faz com que seja ele o componente que dá unidade às diferentes autoridades. Com isso, buscamos identificar o que na vida política, que só é possível entre iguais, marca a especificidade que esta tem diante das demais. Finalmente, nos atentamos para os demais âmbitos da vida do homem: as comunidades dos desiguais, a família e a aldeia. Esta última teve menor atenção pois, como pode ser considerada uma família estendida, todas as diferenças que valem para a família, valem também para a aldeia. Por último, nos restou apenas procurar pelo papel da natureza no estabelecimento desta desigualdade do homem perante os demais membros da família, definida por Aristóteles como composta por mulher, filhos e escravos.

## **CAP. I – Divergências sobre a noção de autoridade**

### **1. O *Político* de Platão**

O argumento do diálogo platônico tem início com a busca de uma distinção<sup>1</sup>, entre o político e o sofista. Para tanto, o primeiro critério a ser atendido, no que diz respeito à classificação do político, é se este deve ou não ser colocado entre os sábios.

Uma vez que todos os arguentes concordam que sim, que o político comporta uma espécie de saber, de conhecimento, parte-se então para a classificação da ciência a qual ele pertence.

E onde poderíamos encontrar o caminho pelo qual poderemos chegar à compreensão do que é o político? É mister que encontremos e o separemos dos demais, diferenciando-o por aquilo que lhe é característico, para, a seguir, dar aos outros caminhos, que dele se afastam, um caráter único, específico a todos, de sorte a finalmente permitir ao nosso espírito classificar todas as ciências em duas espécies<sup>2</sup>.

Toda a ideia do método utilizado por Platão no diálogo é procurar a definição dos conceitos dividindo-os em duas partes, mutuamente exclusivas, a fim de que a exposição daquilo que uma coisa *é* seja cada vez mais apurada pela eliminação daquilo que ela *não é*. No fundo, é uma definição pelo negativo. Excluindo da definição o que uma coisa não é, vamos aos poucos aprimorando o conhecimento do que verdadeiramente ela é.

Assim, as ciências são primeiramente divididas em dois grandes blocos, a partir do fato de que, dentre elas, há aquelas que estão ligadas à ação, isto é, que direcionam para algum tipo de produção, e aquelas que são separadas da ação e dirigidas apenas ao conhecimento. Em outras palavras, uma primeira divisão, dicotômica, separa as ciências em práticas e teóricas, respectivamente.

Porque o político é um sábio e, como tal, possui uma ciência, o que define um governante – seja ele senhor da casa, ou governante de uma cidade – é o fato de que

---

<sup>1</sup> Distinção já pressuposta como existente, dado o diálogo anterior, *O Sofista*.

<sup>2</sup> *Político*, 258c.

ele domina a arte política. Não é o ofício da política que dá àquele que o exerce a legitimação do seu cargo; mas é a posse de uma determinada ciência, de um conhecimento, o que permite a alguém ser digno da função política. Tanto é assim que, afirma Platão, se um cidadão qualquer é capaz de dar conselhos ao soberano do país, é porque nele existe a ciência que o próprio soberano deveria ter. E aquele que a tiver, sendo rei ou simples cidadão, terá direito, em virtude de sua arte, ao poder soberano<sup>3</sup>. Isso vale também para o senhor da casa e o senhor de escravos<sup>4</sup>. Deste modo, não há diferença entre o governo de uma casa e de uma grande cidade: em ambos, o posto de maior poder deve ser dado àqueles que são aptos para tal, pelo conhecimento que possuem.

Porque a arte política é uma só, aquele que a domina é capaz de governar em qualquer situação. “É evidente que só há uma ciência, quer se diga real, política ou econômica. Sobre isso não discutiremos”<sup>5</sup>. Por isso afirma Platão que não há distinção entre o político, o rei, o senhor de escravos e o senhor da casa<sup>6</sup>.

Destarte, uma vez que o governante é dotado do saber político, ele deve exercer a autoridade com base em seu conhecimento, ao invés de governar pela autoridade do mais forte. Logo, o político pertence à classe das ciências teóricas. Pois, segundo Platão, “é evidente que um rei, para manter-se no poder não recorre às forças das mãos ou ao vigor de seu corpo, mas à força de sua inteligência e de sua alma”<sup>7</sup>, num argumento contrário à tirania da força.

Se a política é um tipo de ciência teórica, o próximo passo é dividir e classificar esta ciência. Esta pode ser separada em crítica e diretiva. Certo é que o

---

<sup>3</sup> Cf. Pol., 259a-b.

<sup>4</sup> Cf. Pol., 259b.

<sup>5</sup> Pol., 259c.

<sup>6</sup> Vale notar que Platão identifica o político e o rei, ao menos até esse momento do texto, apenas com o argumento da unidade do arte política e de sua importância para o exercício do governo. De acordo com Castoriadis, “identificação que não é discutida em nenhum momento, que é posta como evidente. E que, contudo, é inédita, monstruosa, para os gregos, sobretudo, e aos atenienses em particular”. De fato, esta era uma ideia estranha aos gregos, que se distinguiam dos bárbaros, entre outras coisas, também em função do tipo de governar régio que os últimos tinham, tal como se eles não soubessem mandar, mas apenas obedecer. CORNELIUS CASTORIADIS, *Sobre o Político de Platão*. Tradução de Luciana Moreira Pudenzi. Edições Loyola: São Paulo, 2004. P. 71.

<sup>7</sup> Pol., 259c.



político faz parte da ciência teórica diretiva, pois sua tarefa é ordenar. Mas para além disso, ele ordena aquilo que ele mesmo deliberou e julgou como certo: isto é o que o autor denomina de ciência diretiva autodirigente. Esta parte da ciência, por sua vez, passa a ser dividida pela finalidade que produz, dado que ela pode se exercer sobre seres animados ou inanimados.

Vale notar, a título de observação técnica, que, nesse ponto, Platão muda o critério da divisão. A base da classificação, que antes residia na divisão das ciências em si mesmas, agora incide sobre aquilo que pode ser seu objeto. Conforme observa C. Castoriadis, “no início, divide-se de acordo com a forma das atividades, de acordo com o que é intrínseco a essas atividades: ciências/não ciências; ciências teóricas/ciências práticas; ciências diretivas/executivas...e depois, a partir de um certo momento, o critério muda e passa-se a dividir de acordo com a matéria do objeto e não mais segundo a forma e o sentido da atividade”<sup>8</sup>. Ainda de acordo com Castoriadis, essa mudança, que não é permitida na lógica, demonstra a desonestidade retórica de Platão. Mas, a nós, interessa apenas apontar o motivo da estranheza que se opera nesse ponto do texto, num movimento que busca a ciência política através do tipo de rebanho que ela conduz.

Assim, seguindo esta nova divisão, entre a ciência que tem por objeto dirigir os seres animados ou inanimados, uma vez que a arte política dirige os seres vivos, é esta a parte da ciência que deve sofrer nova classificação. Cabe, então, dividir estes entre aqueles que vivem sozinhos, isoladamente, e aqueles que vivem em rebanhos e atribuir à tarefa do governante ordenar os seres animados que vivem em rebanhos, tal como se ele fosse um pastor.

A argumentação, nesse ponto, é quebrada: Platão alega que a divisão do rebanho demanda uma atenção para que seja de fato dicotômica, e não se trate de uma divisão entre homens e animais, por exemplo, mas daquilo que o homem contém de específico e que, portanto, carrega consigo o todo do conceito de homem. Nesse momento do texto há uma digressão cujo intuito é uma discussão sobre gênero e espécie. Porém, é logo abandonada pelo autor, que retoma a divisão dos animais entre aqueles isolados e os que vivem em rebanho, para fazer novamente uma outra digressão, dessa vez querendo atentar para o fato de que esta divisão dos animais já contém implicitamente uma outra: apenas os animais mansos, domesticáveis, podem

---

<sup>8</sup> Obra citada, p. 70.

viver em rebanho; os selvagens, não. Porque o homem é parte dos animais que vivem em rebanho, ele deve ser considerado também um animal domesticável.

Então, voltando à divisão dos rebanhos, estes são separados entre os rebanhos de animais aquáticos e terrestres; dentre os terrestres, há os seres que voam e os que andam em terra firme; dentre estes, uns possuem chifres, outros não; dentre estes, os que se procriam por cruzamento de espécies e os que não; dentre estes, há os bípedes e os quadrúpedes; e dentre estes, os com penas e os sem penas.

Tal o caminho<sup>9</sup> para se descobrir sobre qual tipo de rebanho o político ou o rei exercem a sua autoridade, que acaba por definir a arte política de maneira abrangente, como a ciência que cuida de homens que vivem em comunidade. Por isso, o autor previne que não se deve confundir o político propriamente dito com todos aqueles que também cooperam para a vida em comunidade. O político é essencialmente distinto de todos os outros que são igualmente indispensáveis à vida em sociedade.

Consequentemente, aqui entra a primeira crítica do próprio Platão, no personagem do Estrangeiro, à definição do político como pastor de rebanhos:

Resolvemos o problema? Não falta em nosso exame o principal? A pesquisa foi realizada de modo um tanto vacilante, e não teremos cometido uma falta das mais graves chegando a uma definição, mas não a uma definição perfeita sobre todos os pontos?<sup>10</sup>

A definição não é precisa porque existem outras artes que podem pleitear para si o cuidado dos cidadãos numa comunidade.

Todos os comerciantes, agricultores, moleiros, inclusive atletas e médicos, protestariam energicamente junto a esses pastores de homens a quem chamamos políticos afirmando que eles é que cuidam da criação dos homens, não apenas dos membros do rebanho, mas também dos governantes<sup>11</sup>.

Uma segunda crítica a esta definição entra na sequência da primeira e é complementar a ela: o político não pode ser de fato um pastor, pois o verdadeiro pastor se ocupa de todas as funções relativas ao seu rebanho. Nas palavras do texto:

---

<sup>9</sup> Cf. Pol. 264c-267c.

<sup>10</sup> Pol. 267c-d.

<sup>11</sup> Pol. 267e.

## Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

